

A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE UMA FAZENDA COLONIAL BENEDITINA REFLEXO DA ESTRUTURAÇÃO SOCIAL VIGENTE

Mércia Carréra
Doutoranda em arqueologia pela Universidade do Porto
merciacarrera@hotmail.com

Leandro Surya
Doutorando em arqueologia pela Universidade do Porto
leandrosurya@yahoo.com.br

Resumo

Pesquisa realizada na Fazenda de São Bento de Jaguaribe, propriedade beneditina do século XVII, localizada em um dos primeiros núcleos de povoamento da Capitânia de Pernambuco, área da antiga Sesmaria Jaguaribe, atualmente zona rural do Município de Abreu e Lima, no litoral norte do Estado de Pernambuco, visando reconstituir o modelo de organização espacial nas propriedades rurais do tipo fazendas, do período colonial, e apreender as correlações sociais específicas. Os dados foram coletados através de pesquisa arqueológica. Precedendo o trabalho de campo foi realizada pesquisa documental, visando coletar informações textuais, iconográficas e cartográficas, para o embasamento teórico da investigação. A pesquisa evidenciou que a estruturação social desta fazenda obedecia aos mesmos padrões dos engenhos, podendo-se concluir que a espacialidade da Fazenda Beneditina reflete a mesma ideologia que direcionava a organização espacial dos engenhos.

Palavras-chave: Ordem Beneditina, Fazenda Colonial, Paisagem.

Abstract

The archaeological research took place at the Saint Bento de Jaguaribe Farm, a “Benedictine” property of the XVII century, located at one of the first settlement nucleus of Pernambuco Captaincy, area of the ancient Sesmaria Jaguaribe, currently rural zone of Abreu e Lima City, on the northern coast of Pernambuco state, aiming at reconstructing the spatial organizational model of the rural properties of the farm’s kind, on the early days of the colonial period, and identifying the specific social correlations. The data were collected through an archaeological research. Preceding the field study a documental research was made, with the objective of collect textual information, iconographic and cartographic, for the theoretical basement of the investigation. The archeological research evidenced that the social structure of that farm obeyed the same patterns of the sugar mills leading us to conclude that the specialties of the “Benedictine Farm” reflects the same ideology that oriented the spatial organization of the sugar mills.

Key-words: Historical Archeology, Colonial Farm, Landscape

Introdução

Nos estudos realizados sobre a problemática da organização espacial no período colonial não tem sido abordada a questão de um modelo de organização espacial nas propriedades rurais do tipo fazendas. O fato do modelo agrário-industrial-exportador açucareiro ter sido o que melhor representou o interesse da Metrópole Portuguesa, nos primeiros séculos de colonização, fez com que os pesquisadores centralizassem os trabalhos no interesse de esclarecer questionamentos relacionados à atividade econômica açucareira. No entanto, outros segmentos da economia brasileira deste período, no caso as fazendas de agricultura de subsistência, de pecuária, etc., têm o seu valor e importância, tanto no quadro econômico, como também por seu papel na expansão colonial, no assentamento e fixação da população neste período.

O estudo ora apresentado reconstitui e analisam as estruturas da antiga Fazenda de São Bento de Jaguaribe, propriedade pertencente à Ordem Religiosa Beneditina no século XVII, situada na área da Sesmaria Jaguaribe, terras atualmente pertencentes ao Município de Abreu e Lima.

Na documentação histórica desta propriedade foram encontradas informações sobre várias unidades construtivas, tais como: uma capela, a casa dos monges e senzalas; uma olaria, onde se fabricavam telhas, tijolos e louças de cerâmica; um engenho de farinha de mandioca; produzia-se sal; cultivavam-se mandioca, arroz, feijão e milho. Além de todas essas atividades produtivas, os beneditinos também possuíam, nesta propriedade, um dos principais fornos da cal desta época, conhecido como Forno da Cal de São Bento.

Devido à sua importância histórica e à sua estrutura, a Fazenda dos Beneditinos em Pernambuco apresenta elementos importantes que, por meio da pesquisa arqueológica, permitem defini-la como um dos primeiros modelos de organização espacial das propriedades rurais do tipo fazendas, do período colonial, na Capitania de Pernambuco.

A organização espacial dos engenhos serviu de base para a comparação das estruturas evidenciadas na Fazenda Beneditina, ora pesquisada. Utilizou-se os subsídios oferecidos por abalizados autores, dentre os quais Pires e Gomes (1994), Gomes (1998), Santos (1995), Capistrano de Abreu (1954) e Freyre (1958).

A hipótese trabalhada era que, dependendo da atividade econômica realizada na propriedade, apenas se modificaria, na organização espacial, o edifício em que esta

atividade se processava, para que servisse adequadamente ao seu uso. O espaço seria organizado de acordo com a organização social existente; desta forma, provavelmente as propriedades do tipo fazendas se organizariam, levando em consideração os mesmos critérios utilizados nos engenhos.

Portanto, no estudo da Fazenda de São Bento de Jaguaribe procurou-se definir o “modelo” de implantação e identificar se as estruturas edificadas constituíam um espaço diferenciado, de acordo com o tipo de atividade produtiva. Um outro cuidado foi identificar se, na sua instalação, foram utilizados os mesmos critérios de organização espacial das propriedades rurais do tipo engenho. O pensamento ideológico do proprietário teria influenciado na distribuição das edificações? Uma propriedade religiosa teria o mesmo modelo de organização espacial que uma propriedade laica? O fator determinante para a definição da organização espacial seria o pensamento ideológico do proprietário, a atividade produtiva ou o tipo de organização social implantado durante o período colonial? O estudo das estruturas da Fazenda de São Bento de Jaguaribe, portanto, procura apreender as correlações sociais que articularam sua organização espacial.

A organização dos engenhos

Pelo fato de se estar buscando um modelo de organização espacial das Fazendas do período colonial, em Pernambuco, é importante ressaltar as características gerais das propriedades rurais que serviram de base para esta busca, no caso, os engenhos.

Verificou-se, em relação à disposição das estruturas edificadas, que elas geralmente se apresentavam separadas umas das outras, o que, de certa maneira, favorece uma autonomia na escolha dos materiais e técnicas empregadas. A opção por qualquer um dos tipos de sistema de construção dependia da disponibilidade do material na região, das posses do proprietário e de uma escala de valores característica da estrutura social.

Segundo Santos (1995:107), os espaços construídos seriam organizados de acordo com regras de apoio que sustentavam a posição social do proprietário. Nos engenhos, a fábrica de açúcar representava o campo econômico; a casa-grande o político, a senzala o étnico; e a capela o religioso. Esta concentração de poder dava aos proprietários total domínio sobre seus dependentes.

A utilização dos níveis topográficos como critério para distribuir as edificações tinha relação direta com a necessidade de controle e dominação do proprietário. Desta

forma, é natural que as construções fossem organizadas no espaço de modo que a capela ficasse à direita da casa-grande, quando construída no mesmo nível topográfico, ou atrás da casa-grande, quando construídas em níveis topográficos diferentes. A fábrica de açúcar ficava sempre nos níveis mais baixos, na frente da casa-grande e da capela.

As capelas representariam a fé católica e as posses do proprietário. Além disto, era o espaço onde toda a vida social se realizava, tanto na área interna como externa. Convém lembrar que, no campo, a vida social resumia-se aos ofícios e festas religiosas. Ademais, a religião também se integrava ao projeto escravocrata, na medida em que pregava a resignação a desígnios supostamente divinos.

Verifica-se, na literatura, que não existe variedade de tipos de senzala, a diferença uma das outras é a distância que as separa da casa-grande. Em algumas propriedades chegavam a existir duas senzalas, sendo uma utilizada pelos escravos encarregados dos serviços da casa e a outra pelos escravos que trabalhavam na lavoura.

Segundo Gomes (1998:23), um dos principais fatores para a implantação dos primeiros engenhos seria a proximidade de água corrente e perene, o que facilitava o transporte do produto, além da água ser a melhor fonte de energia.

O tipo de solo também era levado em consideração na implantação destas propriedades. De tal maneira, que as áreas em que predominava o solo massapé, ideal para o cultivo da cana, eram as preferidas para a instalação dos engenhos. Outro fator determinante na localização dessas propriedades produtivas seria a proximidade de matas, pois delas se extraía o combustível utilizado nas fornalhas dos engenhos.

Os proprietários dos engenhos também tiveram a preocupação de implantar suas propriedades o mais distante possível dos índios, pois os engenhos, pelo menos nos dois primeiros séculos de colonização, não dispunham de meios de defesa eficientes para se proteger de seus ataques (GOMES, 1998:23).

A Ordem Beneditina na Capitania de Pernambuco

As Ordens Religiosas tiveram um papel econômico e religioso importante, dentro do Sistema Colonial Português. Esta importância pode ser atestada pelo patrimônio que estas ordens adquiriram, representado não só pelos mosteiros e conventos, como por suas propriedades: engenhos e fazendas.

Ao Estado e à Igreja foi reservada a incumbência de administrar e organizar a colonização das terras brasileiras, no período colonial. Por meio do Padroado Régio, um dos privilégios conseguidos pelo governo português, El – Rei passou a acumular o poder temporal e espiritual, sendo considerado o legítimo representante do cristianismo em terras ultramarinas. Por conta deste privilégio, a Coroa teria que garantir a defesa e a expansão da fé católica, desta maneira se transformando rapidamente numa empresa política e comercial. A Igreja, neste contexto, exerceu um papel de peso nas relações entre a Coroa Portuguesa e seus colonos, na medida em que esses religiosos estavam sempre presentes na vida dos fiéis (AIRES, 2000).

Em 1581, os beneditinos chegaram ao Brasil, estabelecendo-se na cidade do Salvador, chefiados pelo padre Fr. Antônio Ventura do Laterão, conforme determinação do abade geral da Congregação Beneditina de Portugal, a fim de construir um mosteiro nas terras de Santa Cruz. Antes, alguns beneditinos já tinham vindo ao Brasil, mas em caráter particular e temporário, em missões especiais. Espalhando-se pelas outras Capitanias a fama do bem que os monges faziam ao povo, logo se multiplicavam os pedidos para a fundação de outras casas beneditinas (LUNA,1947:18).

Há uma grande especulação em torno da chegada dos beneditinos na Capitania de Pernambuco. Através da documentação preciosa do Livro de Tombo do Mosteiro de Olinda e das notícias contidas na Crônica do Mosteiro de Olinda, verifica-se que a chegada dos primeiros beneditinos a Olinda provavelmente aconteceu em 1592. A vinda desses primeiros beneditinos se deveu ao interesse do donatário Jorge de Albuquerque Coelho e ao seu empenho junto ao abade geral de então, Frei Gonçalo de Moraes (ROCHA, 1948).

A Ordem Beneditina, fundada no século V por Bento de Núrsia, na Itália, tem a tradição de prestar significativos serviços à causa da civilização na Europa Ocidental, com os monges ensinando a cultura da terra, das ciências, letras e artes. A devoção ao saber dos beneditinos chegou até Olinda. Tudo isto contribuiu para tornar a ordem um dos esteios da formação cultural do povo nordestino (BARDI, 1986).

O zelo apostólico que impulsionou os beneditinos a trabalhar pelo bem espiritual dos habitantes dos lugares em que se estabeleceram no Brasil os levou a cuidar igualmente dos indígenas. Este trabalho teve maior relevância nas fazendas da Ordem, por estarem geralmente localizadas em áreas mais próximas dos índios. E numerosas eram as fazendas, em cuja direção estava um ou mais sacerdotes. Os

benedictinos fizeram um trabalho de evangelização dos índios, levando monges a missionar por todo o território brasileiro (ENDRES,1980).

A catequese e aldeamento de índios, a cultura dos campos, nas fazendas, a instrução e educação da juventude, nos mosteiros, são testemunhos das várias obras relacionadas com os beneditinos.

O envolvimento político e social demonstrado pelos beneditinos do Brasil é evidente na sua cooperação com os poderes públicos, visando o bem geral da nação. Os monges ajudaram na expulsão dos holandeses, tanto em Salvador como em Olinda e Recife.

Impulsionados pelo zelo apostólico, ao fundarem seus mosteiros no Brasil, os monges beneditinos tratavam de ganhar para Cristo as almas dos habitantes dos arredores. Cuidaram também de tirar das “trevas do gentilismo”, nos sertões brasileiros, os índios que se achavam mergulhados na “idolatria e superstição” (ENDRES,1980).

Assim, atendiam os monges do Mosteiro de São Bento de Olinda a sete ou oito aldeias de gentios, que estavam sob sua obediência. Vale salientar o trabalho e o desvelo dos monges em prol da evangelização e instrução, tanto dos habitantes no entorno de suas fazendas como dos índios de suas vizinhanças.

Os empreendimentos artísticos dos beneditinos no Brasil foram pesquisados pelo arquivista da Ordem, Dom Clemente Maria da Silva-Niagra, e fornecem dados importantes relativos ao conjunto de sua obra. Em geral, a Ordem Beneditina, sendo douta, empregava arquitetos e artistas integrantes de seus próprios mosteiros, que mantinham verdadeiras oficinas de arte (BAZIN, 1983).

Toledo (1985) menciona que, à arquitetura beneditina, o Brasil deve alguns de seus mais belos conjuntos arquitetônicos. Os monges sempre revelaram muito critério na escolha de seus arquitetos, tradição que trouxeram de Portugal. A ação desses monges estendia-se, por vezes, à obra de outras comunidades religiosas ou mesmo a obras oficiais.

Conforme Schwartz (1983:29), com exceção dos franciscanos, que faziam voto de pobreza, as grandes Ordens Religiosas do Brasil colonial, carmelitas, beneditinos e jesuítas, custeavam suas atividades e instituições por meio de legados, estipêndios, empréstimos e propriedades urbanas e rurais.

Os beneditinos brasileiros financiavam suas atividades com fazendas e engenhos baseados na mão-de-obra escrava. A principal função dessas propriedades era proporcionar recursos para o custeio da manutenção dos membros da Ordem e das atividades dos seus conventos.

Os dados relativos ao rendimento das propriedades beneditinas indicam terem sido geralmente bem administradas. Ademais, os frades eram gestores progressistas, tanto em relação à disposição para experimentar novos produtos e técnicas quanto no tocante à utilização de mão-de-obra.

Os beneditinos estimulavam a formação de unidades familiares, não só por questões morais, mas também pelo estímulo à fertilidade. Como estratégia para incentivar o crescimento demográfico e evitar mais despesas na aquisição de mão-de-obra vinda da África, as escravas que tivessem mais de seis filhos vivos eram dispensadas dos trabalhos penosos.

Aos escravos foi concedido um dia livre por semana, mesmo se os outros dias tivessem sido santificados. Alimentavam e vestiam crianças que não se podiam sustentar por si mesmas. Permitiam que os escravos economizassem o dinheiro procedente da venda de seus produtos. Estimulavam-nos a comprar a própria liberdade.

Certas propriedades rurais da Ordem eram administradas por feitores escravos, dispondo de toda autoridade em muitos setores. A própria Fazenda de São Bento de Jaguaribe teve o escravo Nicolau como seu administrador. Muitas vezes sua aptidão era tão apreciada que os beneditinos recusavam-se a alforriá-los.

Segundo Luna (1947), em 28 de setembro de 1871 os beneditinos deram uma carta de alforria a todos os seus escravos. Este ato fez com que os mosteiros perdessem sua mão-de-obra do dia para a noite, tendo como resultado prejuízos não só para o serviço doméstico de suas casas, mas, sobretudo, para a lavoura de suas muitas fazendas, provocando o abandono das mesmas.

As propriedades beneditinas do Brasil colonial, compostas pelos engenhos, fazendas destinadas à lavoura de subsistência e à criação de gado, bem como olarias, foram fundadas para custear as atividades dos respectivos mosteiros.

As informações fornecidas por Schwartz (1983) estão baseadas em observações e investigações na documentação referente às propriedades beneditinas no século

XVIII. Conforme este autor, neste período os beneditinos possuíam as seguintes propriedades rurais em Pernambuco: o engenho Mussurepe, o engenho Goitá, o engenho São Bernardo e a Fazenda de São Bento de Jaguaribe.

Dados históricos da Fazenda de São Bento de Jaguaribe

A Fazenda de São Bento de Jaguaribe, propriedade beneditina, foi iniciada no século XVII, mantendo-se em funcionamento, de acordo com a documentação histórica, até o final do século XIX. Em seguida foi aforada, caindo num processo de desativação e destruição. Atualmente, esta área possui um contrato de comodato com a Associação Santa Clara.

No Livro de Tombo (1948) o nome dado a esta propriedade é apenas Fazenda Jaguaribe. Não foi encontrada a data exata da fundação da Fazenda de São Bento de Jaguaribe, porém, o Livro de Tombo, em 1647, na escritura de venda, feita por Paulo Almeida, de um partido de cana ao Mosteiro de Olinda, menciona a Fazenda. Também não foi encontrado, na documentação existente, o ano de desativação desta propriedade; no entanto, no Manuscrito do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda (1953) há referências aos consertos realizados nas edificações existentes nesta propriedade, até o final do século XIX.

Verificou-se no Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda (1948) , no índice das “Escrituras e mais papéis”, foram encontrados cento e oitenta e um papéis compreendendo, sobretudo, escrituras de doação, compra e venda, concessão de sesmarias, testamentos e verbas testamentárias, traspasses de foros, atos de posse, provisões e ordens régias, obrigações de capelas de missas, termo de demarcação, de administração e obrigação de bens encapelados, etc. Entre os papéis principais surgem outros, tais como mapas territoriais, roteiros de sertão, cartas de alforria, etc.

As propriedades beneditinas estão distribuídas por diversas localizações da Capitania de Pernambuco. No entanto, para este estudo interessam apenas as terras adquiridas no Distrito de Igarassu onde os beneditinos implantaram a Fazenda de São Bento de Jaguaribe; esta denominação é encontrada no mapa publicado no livro “400 Anos dos Beneditinos em Olinda” , proporcionando uma maior compreensão da grandeza desta propriedade e da forma de aquisição da mesma.

Documentos encontrados no Livro de Tombo (1948), referentes à Fazenda de São Bento de Jaguaribe, no Distrito de Igarassu, descrevem as seguintes escrituras:

- “Traslado da data de huma legoa de terra em quadra, que fes Duarte Coelho a Vasco Fernandes para elle e seos filhos, que he a terra, em que temos a Fazenda de Jagoaribe a folh. 149.”
- “Cesmaria de quatro centas braças de terra em quadra dadas a Vicente Fernandes em Jagoaribe a folh. 150 verso.”
- “Escriptura de venda, que fes Paulo de Almeida de hum Partido de canas a este Mosteyro em Jagoaribe a folh. 152.”
- “Acto de posse do mesmo Partido a folh. 154.”
- “Cesmeria, acto de posse, e demarcação da Ilha em Jagoaribe a folh. 155.”
- “Escriptura de venda, que nos fes Brás Correa, e sua molher da Ilha, que esta em Jagoaribe pegada as terras deste Mosteyro a folh. 158 verso.”
- “Escriptura de venda , que fes Antonio da Costa Feyo a Manoel Godinho de huma sorte de terra em Jagoaribe a folh. 160.”
- “Doaçam, que fes a este Mosteyro Manoel Godinho e sua molher da terra, conteúda na escriptura atrás a folh. 161.”
- “Verba do Testamento, com que faleceu Ignês de Oliveira em que deicha huns legados a este Mosteyro, e acto de posse, que delles se tomou pela dita verba a folh. 162 verso.”
- “Roteiro da Terra, de que estamos de posse em Jagoaribe a folh. 163 verso”.

Segundo Pereira da Costa (1983:404, v.1), as referidas terras, situadas em Jaguaribe, passaram a integrar o patrimônio do Mosteiro de São Bento por doação ou venda.

Todas estas terras, reunidamente, constituem uma grande, importante e rendosa propriedade, com uma capela, casas de vivenda, vastos campos de cultura, e fornos de fabricação de cal, de excelente qualidade, conhecida no mercado por cal de São Bento, cuja indústria se empregava grande número de escravos pertencentes à Ordem, até que em reunião capitular celebrada no Mosteiro de Olinda em 1871, resolveram os padres libertar todos os escravos de sua propriedade, por ser a escravidão oposta à razão, à consciência e à religião.

Em outro documento histórico da Congregação Beneditina Brasileira, intitulado de “Manuscrito do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda” (ROCHA, 1948) , foram encontradas informações sobre a Fazenda de São Bento de Jaguaribe, referentes ao período de 1828 até 1893. Este livro é composto pelos relatórios entregues todo final de triênio, que os Abades e os Presidentes deviam enviar ao Capítulo Geral , chamado “O Estado de sua Administração”. Ditos “Estados” abrangiam toda a administração do Mosteiro e suas dependências, como todo o patrimônio, quer urbano, quer rural, com todas as suas receitas e despesas. Desta forma, o ditos “Estados” constituem realmente a principal fonte para a história dos respectivos Mosteiros, durante este período.

As informações encontradas nos relatórios do Estado sobre a Fazenda São Bento de Jaguaribe comprovam a grandeza dessa propriedade. Além dos campos de agricultura, onde cultivavam mandioca, milho, feijão, arroz, café e legumes, havia a produção da cal, as salinas, o engenho de farinha e a olaria. Dentro do conjunto de suas edificações há referências sobre a capela, a casa de vivenda, duas senzalas, mencionando também a cozinha da senzala e a existência de mais um lance na mesma, a casa de farinha, a estrebaria, um armazém para guardar a cal, uma casa, perto das salinas, para recolher o sal; na olaria fabricavam louças, telhas e tijolos. A Fazenda possuía uma canoa, carro, animais de condução, bois, etc. Os documentos mencionam a construção de uma cacimba e a existência de um açude.

O cronista inglês Henry Koster (1978), informa que, na Fazenda, era realizada a festa de São Bento, um acontecimento de importância na região. Os escravos tratavam os frades com familiaridade, mas o Abade da Ordem, considerado o representante direto de São Bento, era tratado com reverência e respeito.

As crianças só trabalhavam a partir dos dez a doze anos; e, mesmo assim, em tarefas leves. Os beneditinos se preocupavam em ensinar ofícios àqueles que demonstravam aptidão. Incentivavam o casamento precoce, mas não forçavam ninguém a casar, muitas vezes os escravos preferiam o celibato. Era permitido o casamento de escravas com homens livres, porém os escravos não podiam se casar com mulheres livres. O motivo desta decisão era que os filhos de uma mulher livre seriam também livres, resultando em uma família livre, o que poderia ocasionar uma situação de conflito.

De acordo com os dados históricos, na Fazenda, situada no topo da elevação da Sesmaria Jaguaribe, foram construídas a capela, a casa dos monges e a senzala,

formando um semi-círculo e, segundo Koster (1978), essas habitações se localizavam às margens do rio de Maria Farinha, que corria entre os mangues, onde vários córregos despejavam suas águas, parecendo, ao longe, braços do rio.

Essas informações sobre a Fazenda de São Bento de Jaguaribe fornecem uma visão geral, tanto da distribuição dos elementos principais edificados, como também sobre o tipo de relação social dos beneditinos com a mão-de-obra e os habitantes das redondezas.

Considerações

O estudo do complexo arquitetônico da Fazenda de São Bento de Jaguaribe, composto pela igreja, casa dos monges e senzala, evidenciados nesta pesquisa, possibilitou o levantamento de algumas conclusões.

A igreja - tem ainda a sua tipologia bem caracterizada nos restos de alvenaria existentes. Tudo indica, pelas condições em que as ruínas desta igreja se apresentam, a possibilidade de sua reconstrução, por meio de um projeto arquitetônico a ser elaborado. Diante da organização espacial desta fazenda, a igreja parece ser a principal unidade funcional, tanto pelo aspecto de monumentalidade arquitetônica, quanto por representar um local de defesa deste sítio, além de constituir o espaço utilizado para as atividades sociais da propriedade, impondo a soberania dos proprietários e o poder da fé. Elementos presentes na organização social deste período.

A casa dos monges (ou casa-grande) – era a unidade funcional de moradia dos proprietários, neste caso representados pelos beneditinos. Provavelmente, esta edificação constituía um elo de ligação entre as outras duas unidades, ou seja, a igreja e a senzala, entre o poder , a fé , a submissão e a dominação dos escravos. A casa se posiciona como a edificação que marca e controla a entrada deste sítio. No entanto, apesar de sua localização de destaque, sabe-se que esta fazenda, durante certo período, teve sua administração nas mãos de um dos escravos da Ordem, e que provavelmente esta unidade, mais que uma simples moradia para os proprietários, foi um mosteiro, edificação comum nas propriedades rurais beneditinas. Diante desta perspectiva, mesmo a casa tendo a função de elo entre as unidades existentes no sítio, a igreja continua sendo a unidade de maior destaque e importância, pelo seu papel e significado neste período da história.

A área da senzala – comprova a similitude entre o modelo de organização espacial dos engenhos e o identificado nesta fazenda, tudo indicando que o espaço é definido pelo tipo de organização social prevalente nesta sociedade, no período colonial. Os resultados obtidos comprovam a veracidade da hipótese levantada, no sentido de que a organização espacial não se modifica por conta da atividade produtiva, nem pelo fato de ser administrada por religiosos ou laicos. O que define o espaço é o tipo de organização social.

O fato de existir, nos engenhos, a unidade funcional - a fábrica - sempre localizada às vistas do proprietário, não significa que os proprietários das fazendas também não tivessem a mesma preocupação. No entanto, na área pesquisada nenhuma estrutura foi encontrada que evidenciasse a existência de outra edificação. Todavia, não se pode afirmar, com certeza, não ter existido uma outra unidade funcional que representasse a atividade produtiva nesta propriedade. Considerando que a fazenda desenvolvia diversas atividades, por conta da variedade dos tipos de produção, talvez não fosse possível construir o local de trabalho perto da unidade de moradia do proprietário, como o usual na organização dos engenhos.

O presente trabalho não tem caráter conclusivo. Propõe-se apenas encaminhar algumas questões, como o tipo de utilização do solo e do espaço (estrutura), as formas de organização social e espacial, e analisar as relações entre o conteúdo e a estrutura do sítio, sob o ponto de vista do registro arqueológico e dos dados da documentação histórica.

Bibliografia

AIRES, Maria das Graças. **Carmelitas em Pernambuco: fixação e expansão**. 2000. 172f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

BARDI, Pietro Maria; PENIDO, Dom Basílio; FONSECA, Edson Nery; GONSALVES DE MELLO, J. A.; MENEZES, José Luiz Mota. **Benedictinos em Olinda – 400 anos**. São Paulo: Editora SANBRA, 1986.

BAZIN, Germain. **Arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

CAPRISTANO DE ABREU, J. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. 4.ed. revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Instituto

Nacional do Livro, 1954. (Publicações da Sociedade Capistrano de Abreu). ENDRES, D. José Lohr. **A Ordem de São Bento no Brasil quando província – 1582-1827.** Salvador: Editora Beneditina , 1980.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1958.

GOMES, Geraldo. **Engenhos e arquitetura.** Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** Recife: Governo do Estado, Secretaria da Educação e Cultura, 1978.

LEITE, Serafim S. I. **Novas páginas de história do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

LIVRO DO TOMBO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE OLINDA. Separata da: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.** Recife, v.41, 1948.

LUNA, Dom Joaquim G. de. **Os monges beneditinos no Brasil.** Rio de Janeiro: Edições “Lumen Christi”, 1947.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais pernambucanos.** Recife: FUNDARPE, 1983. (Coleção pernambucana, 18 v.) v.1.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso; GOMES, Geraldo. **Antigos engenhos de açúcar no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

ROCHA, Dom Mateus. Manuscritos do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda. Separata da: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, v.42, 1948. 297p. 102 . **Beneditinos em Olinda. Chegada dos Beneditinos em Olinda: 1591 – 1592, e outros acontecimentos daquele Mosteiro até 1630.** Olinda [s.d.].

SCHWARTZ, Stuart B. Os engenhos beneditinos do Brasil Colonial. Separata da: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, Recife, 1983. 47p.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TOLEDO, Benedito Lima de. Do século XVI ao século XIX: maneirismo, barroco e rococó In: ZANINI, Walter. **História da arte**. São Paulo: Banco Moreira Sales, 1985.